

Cosme Aleixo da Silva (Titular - MSTC); ONG's / OSCIP's - Felipe de Freitas Moreira (Titular - Instituto Pólis), Universidades/ Instituições de Arquitetura e Urbanismo - Lizete Maria Rubano (Titular - Mosaico - Escritório Modelo de Arquitetura). **Poder Público:**Kátia Silene Batista dos Santos (Titular - Secretaria Municipal de Habitação); José Amaral Wagner Neto (Suplente - Secretaria Municipal de Habitação); Ana Maria Madeira de Sá (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos);e Lucimar (representando o Suplente da Secretaria Estadual de Habitação); Cássia Aparecida Travensolo ( SMADS) Mariana de Sylos Rudge ( Secretaria de Estado de Governo); Ricardo Tardelli ( Secretaria de Estado da Saúde) **Moradores** (Lista de Presença em anexo). **Diagonal:** Lory Siqueira, João Chiavone, Soraia Costa , responsável pelo registro desta Ata.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA QUADRA 36, ZEIS 3, CAMPOS ELISEOS – 02/08/2018

SEI 6014.2018/0000142-0

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezoito deu-se início às dezenove horas, em segunda chamada, foi realizada a 8ª reunião do Conselho Gestor da Quadra 36 – ZEIS 3 - Campos Eliseos, na Alameda Barão de Piracicaba, 276. A Sra. Kátia Silene representante de SEHAB iniciou a reunião informando que foi enviada aos conselheiros, a ata da reunião anterior e se não houver qualquer acréscimo ou nada a opor, será aprovada a ata da 7ª reunião. Informa que a pauta desta reunião é sobre a validação do Cadastro Parcial e a apresentação do Projeto do Hospital Pérola Blyington. A Sra. Kátia diz que o último slide apresentado na reunião passada, tratava-se do cadastro. Esclarece que ainda há alguns estudos de caso em análise e que dos 193 imóveis e famílias identificadas pela Prefeitura, foram encontrados 193 espaços habitados, sendo que 165 famílias foram indicadas para atendimento habitacional Destas 12 famílias estão sem indicação nominal por não estarem presente no momento do cadastro e os imóveis tendo sido considerados vazios ou de uso não residencial. Dos 158 atendimentos realizados pela CDHU; 10 atendimentos foram indeferidos sendo : 6 por serem ex mutuíários, 3 proprietários de imóvel e 1 beneficiário de auxílio moradia da CDHU; 15 não compareceram para a habilitação na CDHU; 133 já estão em atendimento; 114 tem endereço coletado pela CDHU e há possibilidade de localização em suas residências. Das 133 famílias, duas efetivaram o cadastro na CDHU para compra de imóvel através da carta de crédito e 1 morador foi excluído por óbito (Sra. Isabel Camilo Ferreira). Houve uma convocação para habilitação na CDHU, sendo 130 em andamento, ou seja, 124 já estão em auxílio moradia, 2 liberados e não sacados, 2 não sacaram por problemas com documentação; 1 convocado para assinatura do termo e um em habilitação. Todas as 130 pessoas foram convocadas para comparecer ao plantão da CDHU para aderirem à carta de crédito. Conforme solicitação do conselheiro Felipe, incluiu-se na relação as famílias que ainda não receberam benefício, sendo uma situação esclarecida pela conselheira Cássia, que a moradora está reclusa e a Sra. Kátia pergunta se há conhecimento de haver no cadastro dela outro componente. Foi respondido que não e assim ela explicou que deve-se aguardar a soltura da moradora para definir a situação do atendimento. Há o Sr. Leandro Moreira de Oliveira que não sacou o benefício e solicita que seja informado. A Sra. Lizete, conselheira da Sociedade Civil, pede a palavra e pede destaque sobre três situações, uma delas a de que foi solicitado em reunião anterior, que todas as dificuldades de cadastramento dizem respeito a distância dos moradores do local anterior de moradia , para o local de residência atual; e entende que elas acabam se desligando do andamento do processo e que a Prefeitura iria localizar essas famílias que estão com dificuldade de vir até a quadra e entender a continuidade do processo; a segunda questão é que há 32 estudos de casos encaminhados, e como foi enviado a junção da listagem de cadastro, repassaram aos moradores e fizeram uma checagem final, destacando 232 nomes e não 130. Destes há os que estão na lista da CDHU não localizados por terem alugado imóveis em outras regiões, os 32 estudos de casos que participam de todas as reuniões, e há três meses não se consegue o cadastro e ainda. A Sra. Kátia explica que a justificativa do não cadastramento foi pela não aprovação nos estudos de caso. A Sra. Lizete informa que não recebeu resposta destes estudos de caso. A Sra. Kátia informa que foi enviado aos conselheiros os estudos de caso na última reunião e que a partir da 2ª reunião iniciou-se a análise dos casos para atender todas as famílias que procurassem o plantão social, sendo que algumas vieram e foram cadastradas. Informou também que iremos atender as famílias de prontidão se nos procurarem e serão cadastradas. A Sra. Lory passa a dizer alguns nomes de famílias já foram cadastradas, por exemplo, Sr. Nathan que já foi aprovado e cadastrado e a Sra. Vanda Lucia Moreira. Esclareceu também que o Sr. José membro do Conselho, não foi cadastrado como morador porque na ocasião da identificação do imóvel ficou constatado que era de uso exclusivamente comercial; motivo inclusive que ele foi indicado para fazer parte do Conselho como comerciante. A Sra. Cássia pede esclarecimento sobre a atualização da listagem dos estudos de caso. A Sra. Lizete pede a palavra para esclarecer que algumas questões com relação aos 32 moradores que estão nesta lista e que ainda não foram esclarecidas, o que foi feito foi a identificação de pessoas que tinham comércio e moravam na área, como é o caso do Sr. José que tinha o comércio e morava em cima, e que perdeu os dois moradia e comércio, passando a morar na "pensão" da Renata, dos 130 e todos os que estão em estudos de caso (em azul) e para além destes estudos de casos, há mais de 26 como exemplo as pessoas que moravam na pensão do Sr. Jurandir que não foram cadastradas como moradoras e complementa que, entende que o cadastro de atendimento da Quadra 36 ainda não está fechado. A Sra. Kátia questiona sobre qual argumento as 26 famílias não foram cadastradas e a Sra. Lizete responde que desconhece o motivo do não cadastramento. A Sra. Lory esclarece que as pessoas que foram chamadas para esclarecimento sobre os cadastros, são 19 casos, que compareceram aos plantões sociais e tiveram seus cadastros avaliados. Continua dizendo que são situações como os casos do Sr.Nathan, da Sra. Hilda e do Sr. José, conselheiro presente que não foi identificação em seu comércio e moradia, por este motivo foi convidado a participar do conselho Gestor e foi eleito como suplente do Sr. Manoel Fernando representante do segmento dos Comerciantes. Com relação ao cadastro do Sr. Nathan, foi aprovado, pois, inicialmente não foi identificado comércio e moradia, mas com os comprovantes em seu nome, verificou-se que ali era também sua moradia. Irems entregar aos conselheiros os casos deferidos e indeferidos. A Sra. Lizete informa que já sabem que os 32 não estão ainda respondidos, o que fizemos foi tentar contribuir no trabalho de cadastramento. A Sra. Kátia pede a palavra e diz que vários dos questionamentos apontados, a CDHU se posicionou favorável à inclusão de várias pessoas porque no dia da reintegração de posse se identificaram e disseram que não foram arrolados nos dias de cadastro e esses nomes foram enviados para SEHAB para análise. Após isso surgiu uma nova lista que veio do Felipe, conselheiro, com nomes que não tinham no cadastro, onde constam nomes incompletos e de difícil localização. Hoje temos dois problemas o atendimento com carta de crédito proposto pela CDHU que é um atendimento definitivo para a família que já estão no auxílio moradia e querem aderir ao atendimento e que todo estudo de caso que chegar; será feito o levantamento, porém apresentar 70 nomes, não se pode aprovar, por que há que se ter critérios. Pode ocorrer erro, sim, mas todos os erros comprovados foram corrigidos, hoje não há como se dizer que não se está fazendo essa correção, os estudos de casos foram feitos e estão sendo analisados, mas chegará um momento em que esse movimento deverá ser interrompido. A Sra. Lizete pede a palavra e concorda que para esta ação deve se ter ética, que ter clareza, etc. A Sra. Cássia interrompe e diz Nathan morava na área, a Catarina, eu não conhecia o Nathan. A Sra. Kátia explica que o que comprova é o vínculo com o território. Aqui se define os critérios de cadastro definitivo, quem diz que morava ou não é o estudo de caso, é procurar o plantão e não discutir casos individuais. O Sr. Neto

pede a palavra e diz que entende que a confusão está com os nomes em azul na planilha, que são os 32 nomes em azul, estes já passaram pelo estudo de caso e eles já tem encaminhamento o que aconteceu foi a falta de comunicação às pessoas. Irems atualizar enviar aos conselheiros. Dos casos não aprovados, será realizada uma nova discussão para esclarecimento. Informou também que foi alugada uma casa na Alameda Glete, 65, em frente a padaria que será um espaço para as Quadras 36,37 e 38, terem um atendimento diários e onde ficará exposto cartazes com os nomes das pessoas que tiveram seu cadastro aprovado ou não. Com relação aos casos encaminhados para a CDHU, já estão cadastrados e o que devemos fazer é aprovar os que não estão com problemas e que devemos explicar as 32 pendências, e para permitir que a CDHU encaminhe é necessário aprovar o que não tem problema. A Sra. Lizete agradece o esclarecimento e o Sr. Neto lembra que a preocupação dos conselheiros é que não haja nenhuma injustiça e volta a se referir que são 29 famílias que estão nos estudos de caso, já que na listagem dos 32 nomes três estão duplicados. O Sr. Neto esclareceu ainda que o que se está sendo oferecido neste momento é a carta de crédito como uma das modalidades de atendimento para as 190 famílias, mas não é um numero fechado. A Sra. Kátia esclarece que 130 famílias já foram habilitadas, há famílias no auxílio aluguel e há famílias que não foram encontradas, ou seja, se estou em uma área que passará por intervenção e terei direito ao atendimento, pelo menos um telefonema deverá ser dado. O Sr. Neto informa que acredita que o ideal seria aprovar os cadastro que está sem problema e que os demais 29 estudos de caso e os 26 novos casos, serão resolvidos e esclarecidos ao conselho e após isso é que se publique no Diário Oficial o nome das pessoas que não foram encontradas no site de SEHAB para que não gere questionamento, pois fizemos busca ativa e encerramos este assunto. Nossa preocupação é com os 130 moradores que não percam a carta de crédito, pois, a CDHU informou que irá liberar para os moradores cujo cadastro foi aprovado pelo Conselho. A Sra. Cássia diz que a intenção é aprovar o cadastro por que não temos tempo para aguardar, queremos nosso espaço e não temos interesse em barrar a aprovação do cadastro, queremos que estas pessoas que hoje estão sem cadastro sejam analisadas. Pedimos que analisem os 26, embora ainda iremos tentar encontrar as pessoas, mas pediremos que sejam analisadas. O Sr. Neto diz que a discussão é de 29 pessoas, mais 26 pessoas que devem avaliar. A Sra. Lucimar pede a palavra e diz que entende que devem validar os que já estão corretos e os próximos serão incluídos a partir dos estudos de casos, para que não se atrase o andamento. A Sra. Lizete pede a palavra diz que a questão está se encaminhando para a aprovação parcial, mas que gostaria que ficasse documentado além da ata, em outro documento, ao que a Sra. Katia esclarece que a ata é um instrumento oficial, documento oficial que vai para o Ministério Público e que será publicado com valor. A Sra. Lizete pede que fique gravado em ata que há ainda há 29 estudos de caso, mais 26, um compromisso da SEHAB de fazer essa análise e de se estabelecer um prazo. A Sra. Kátia informa que o prazo será a próxima reunião. A Sra. Lizete pede esclarecimento para os casos que não foram aprovados já que foi informado que não poderão ser debatidos no conselho. A Sra. Katia informa que os casos desfavoráveis serão informados individualmente. O Sr. Neto pede a palavra e esclarece sobre as pessoas não localizadas, que não estão dentro dos 55, em relação aos não localizados é que há as três alternativas, busca ativa, publicação e a Sra. Kátia pede que a equipe social entre em contato com estes que não compareceram. Diz ainda que esta é a identidade do território, as pessoas são transitórias, estão na pensão, um dia e no outro não. A Sra. Cássia diz entender que avançaram na questão e que ficou para os 55. A Sra. Lizete, pede que conste em ata que quando aparece em duplo à pessoa tinha comércio e habitação. A Sra. Kátia pergunta se é unânime que se considere a aprovação parcial do cadastro com as considerações da sociedade civil e comprometimento de SEHAB de que irá se proceder nos estudos de caso e dará resposta às famílias individualmente. O Sr. Cosme pede esclarecimento quanto ao tempo de validade da carta de crédito. Sra. Kátia esclarece que acredita que a pessoa terá um tempo para procurar o imóvel, irá entregar os documentos. O Sr. José pede esclarecimento se a carta de credito será entregue na aprovação do cadastro. A Sra. Kátia, responde que as pessoas que já foram habilitadas e foram convocadas para comparecerem no plantão da CDHU já podem optar ou não pela carta de crédito. A Sra. Lucimar, diz que já houve uma convocação para o dia 28/07/2018 para entrega de documentação, as famílias que não compareceram podem retornar. A Sra. Cássia pede esclarecimento sobre as pessoas que ainda não foram convocadas e a Sra. Lucimar lembra que esta é a importância de validar o cadastro hoje das 130 famílias, para que essas famílias possam ser chamadas para que não haja dúvida quanto a carta do crédito, eles devem estar habilitados, a documentação será analisada, a carta de credito que será disponibilizada aos que estão com toda documentação correta. A Sra. Katia informa que quando se percebe que há famílias com problemas com a documentação há um envolvimento da equipe de SEHAB e de CDHU para que estes problemas sejam sanados. A Sra. Cassia lembra ainda que com relação a demora da documentação, como deverão proceder e a Sra. Lucimar informa que todos os problemas devem ser levados a equipe de CDHU para que não haja dúvida, quanto mais rápido se resolver a documentação, melhor é para a família. A Sra. Lizete pede a palavra e pede que se registre em ata com relação ao atendimento definitivo, dos que por algum motivo não forem aprovados, não deixarão de ser demanda e ainda como segunda questão é com relação a viabilização da moradia definitiva além da carta de crédito, será oferecido outra alternativa habitacional. A Sra. Katia diz que assim como disse no início da reunião, haverá algumas famílias que não serão contempladas com a carta de credito, mas a proposta é o atendimento definitivo para todas as famílias que foram cadastradas e validadas no Conselho Gestor. A Sra. Lucimar, diz que não tem exatamente a reposta, porque os critérios de atendimento para o CDHU tem que passar pelos critérios da instituição, e se a família está dentro dos critérios da carta de crédito, ela pode utilizar qualquer outro atendimento da CDHU, quem não se enquadra por já ter recebido outro atendimento deverá buscar outro tipo de solução porque a CDHU não pode fazer um segundo atendimento. O Sr. Neto diz que isto deverá ser construído com a CDHU, há nas Quadras 37/38, a proposta de locação social para um público específico, mas deverá ser construída uma alternativa de atendimento. A Sra. Cássia pede a palavra e questiona se a pessoa está com restrição nome se poderá ser impedido de receber a carta de credito e a Sra. Katia diz que é raro a pessoa que tem restrição no nome não receber atendimento, mas nome inscrito no CADIM, ou seja a pessoa está devendo impostos, IPVA, licenciamento de carro, não receberá atendimento. A Sra. Lizete diz que há pessoas que estão em estudo de caso há mais de 90 dias, e a nossa aflição é que se não forem aprovadas não serão mais demandas da quadra 36. A Sra. Katia, diz que só é demanda da Quadra 36, as famílias que passaram por estudo de caso e receberam o parecer favorável da equipe social, quem recebeu parecer desfavorável por não comprovar vínculo com território, não irá receber atendimento habitacional, ou carta de crédito. A Sra. Lizete reafirma a necessidade de resposta, pois esses moradores estão aguardando essa resposta e a Sra. Kátia lembra que os estudos de caso estão sendo analisados por uma equipe social, são várias pessoas verificando cada caso. A Sra. Lizete faz uma ultima sugestão se não seria possível que a CDHU mostre um cadastro de imóveis na Região Central. A Sra. Lucimar informa que a CDHU tem feito uma busca de imóveis disponíveis na região metropolitana de São Paulo, feita por proprietários de imóveis, corretores e a Presidência da CDHU e através de dessa coleta de informações, que ainda não está sistematizada em uma lista, mas podemos levar essa questão como demanda do conselho, para que seja disponibilizada para apresentação. Na própria, sede na Rua Domingos de Moraes, há um pessoal do CRECI que podem fazer um encaminhamento. A Sra. Lucimar se compromete a solicitar este levantamento. A Sra. Kátia diz que podem considerar o cadastro aprovado com as devidas considerações e passa para o representante do Esta-

do da Saúde para apresentar o projeto do Hospital Pérola Blyington. O Sr. Ricardo agradece a presença de todos e elogia a participação dos conselheiros, os moradores que estão ali reunidos pela luta por moradia e passa a apresentação dos slides. A Sra. Kátia após a apresentação faz o encerramento da reunião, informando que a próxima reunião do Conselho Gestor se dará em 04/09/18, as 18:30h em primeira chamada e em local a ser confirmado.

**Participantes, conforme listas de presença: Membros da Sociedade Civil:** Moradores – Catarina da Silva Ferreira Machado (Suplente); Cassia Aparecida da Silva (Titular); Setor produtivo – José Antônio dos Santos (Suplente); Movimentos por Moradia - Cosme Aleixo da Silva (Titular - MSTC);Janaina da Conceição Cerqueira Xavier ( Suplente); Universidades/ Instituições de Arquitetura e Urbanismo - Lizete Maria Rubano (Titular – Mosaico – Escritório Modelo de Arquitetura). **Poder Público:**Kátia Silene Batista dos Santos (Titular - Secretaria Municipal de Habitação); José Amaral Wagner Neto (Suplente - Secretaria Municipal de Habitação); Lucimar (Suplente - Secretaria Estadual de Habitação); Mariana de Sylos Rudge ( Secretaria de Estado de Governo); Ricardo Tardelli ( Secretaria de Estado da Saúde) **Moradores** (Lista de Presença em anexo). **Diagonal:** Lory Siqueira, João Chiavone, Soraia Costa, responsável pelo registro desta Ata.

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

#### CONTABILIDADE

**RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO - RETIFICAÇÃO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL - CIDADE DE SÃO PAULO.**

1 - Fica Retificado a Retirada de Nota de Empenho no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em .14/08/2018, página 75.

ONDE DE LÊ:

#### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
G M DOS REIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	6210.2018/00004577-6	ATA DE RP 116/18-HSPM 2244

LEIA – SE:

#### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

## JUSTIÇA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

		FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC BALANÇO FINANCEIRO julho-18	em R\$
---	--	--	--------

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)</b>	<b>(957,00)</b>	-	<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	-	-
ORDINÁRIA	-	-	ORDINÁRIA	-	-
TESOURO MUNICIPAL	-	-	TESOURO MUNICIPAL	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE VINCULADA	<b>(957,00)</b>	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE VINCULADA	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	-	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	-
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-
OUTRAS FONTES	-	-	OUTRAS FONTES	-	-
RECEITA CONDICIONADA	-	-	RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	<b>(957,00)</b>	-	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	-
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (III)</b>	-	-	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	-	-
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	-	-	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	-	-
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS A PAGAR	-	-	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	-
EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	-	-	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	-
DEPÓSITOS RESTITUIVÉIS E VALORES VINCULADOS	-	-	DEPÓSITOS RESTITUIVÉIS E VALORES VINCULADOS	-	-
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>	-	-	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE (IX)</b>	<b>(957,00)</b>	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(957,00)	-
DEPÓSITOS RESTITUIVÉIS E VALORES VINCULADOS	<b>(957,00)</b>	-	DEPÓSITOS RESTITUIVÉIS E VALORES VINCULADOS	-	-
<b>Total (V) = (II+III+IV)</b>	<b>(957,00)</b>	-	<b>Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>(957,00)</b>	-

FONTE: Relatório do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Lei Municipal 16.688/2016

Notas:

- Não houve arrecadação orçamentária e despesa orçamentária até o mês de referência.

Mariana Jerusa de Oliveira Pacheco Contadora CRC: nº 304.904 - 1SP SMJ/CGM	Zulair Cobra Ribeiro Coordenadora do PROCON Paulista FMDC
---	---

		FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL jul/18
---	--	---

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo de (c-b)
<b>Despesas Correntes (I)</b>	105.280,00	105.280,00	957,00	-106.237,00
Receita Patrimonial	4.000,00	4.000,00	-	4.000,00
Transferências Correntes	26.000,00	26.000,00	957,00	-26.957,00
Outras Receitas Correntes	75.280,00	75.280,00	-	75.280,00
<b>Receitas de Capital (II)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	105.280,00	105.280,00	957,00	-106.237,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	105.280,00	105.280,00	957,00	-106.237,00
<b>Déficit (VI)</b>	-	-	957,00	957,00
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	105.280,00	105.280,00	-	105.280,00
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	85.000,00	85.000,00	-	-	-	85.000,00
Outras Despesas Correntes	85.000,00	85.000,00	-	-	-	85.000,00
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	6.180,00	6.180,00	-	-	-	6.180,00
Investimentos	6.180,00	6.180,00	-	-	-	6.180,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Reserva de Contingência (X)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)</b>	91.180,00	91.180,00	-	-	-	91.180,00
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	91.180,00	91.180,00	-	-	-	91.180,00
Superávit (XIV)	14.100,00	14.100,00	-	-	-	14.100,00
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	105.280,00	105.280,00	-	-	-	105.280,00
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

FONTE: Relatório do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Lei Municipal 16.688/2016

Notas:

- Não houve arrecadação orçamentária e despesa orçamentária até o mês de referência.

Mariana Jerusa de Oliveira Pacheco Contadora CRC: nº 304.904 - 1SP SMJ/CGM	Zulair Cobra Ribeiro Coordenadora do PROCON Paulista FMDC
---	---